

**“ANTES POCOS E BONS, A MUITOS SEM VALOR”
– A EUGENIA GALTONIANA NAS PÁGINAS DA
REVISTA MÉDICA DO PARANÁ?**

**“LESS IS BETTER” – GALTON’S EUGENICS IN THE
*REVISTA MÉDICA DO PARANÁ?***

Dones Claudio Janz Jr.*

RESUMO

A eugenia foi um movimento que se fortaleceu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, estando presente nos círculos científicos de todo o mundo. Baseada nas então novas descobertas da ciência e usada como instrumento para se atingir o objetivo da “raça pura”, foi tratada pelos historiadores por muito tempo como movimento homogêneo, centrado na Europa e nos Estados Unidos. Mais recentemente, porém, em meio ao crescente interesse pela genética, novas abordagens e estudos sobre o tema têm sido feitos, demonstrando a importância e as particularidades da eugenia em países como o Brasil. A proposta deste trabalho foi fazer um levantamento de como o movimento eugenista foi recebido nos círculos científicos paranaenses, onde influenciou o conteúdo de uma das principais publicações médicas do estado, a Revista Médica do Paraná (RMP). Neste artigo, privilegiaremos os textos presentes na RMP que apresentaram maior aproximação ao modelo galtoniano da eugenia. O trabalho foi realizado através da análise das representações referentes à eugenia e suas ramificações presentes na publicação, no período entre 1931 e 1940.

Palavras-chave: Eugenia. Higiene. Médicos. Revista Médica do Paraná.

ABSTRACT

Eugenics was a movement that strengthened over the last decades of the nineteenth and early twentieth century and was present in scientific circles around the world. Based on the scientific discoveries of that period, it was used as an instrument to achieve the goal of a “pure race”, it was treated by historians as a homogeneous movement centered in both Europe and the United States. Recently, and in face of the growing interest in genetics, new approaches and studies on the subject have been done which demonstrated the importance and the particular features of eugenics in countries like Brazil. The purpose of this study was to survey how the eugenics movement was received in the scientific circles of Paraná, where it has influenced the content of one of the leading medical journals of the state, the *Revista Médica do Paraná* (RMP). This article concentrates on the texts

* Mestre em História pela UFPR. Professor formador e tutor do curso de licenciatura em História da UEPG. E-mail: <donesbr@yahoo.com.br>.

published in the RMP and which are closer to the Galton's model of eugenics. The study analyzed the representations regarding eugenics and its ramifications in the publications between 1931 and 1940.

Keywords: Eugenics. Hygiene. Medical. Revista Médica do Paraná (Medical Journal of Paraná).

Introdução

O termo eugenia (do grego *eugen-s*, que significa “bem nascido”) foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883. Ele representaria as possíveis aplicações sociais das descobertas científicas do período sobre a hereditariedade, na busca por uma reprodução melhorada. Baseada na hierarquização racial, a eugenia se fortaleceu entre o fim do século XIX e início do XX, estando presente em círculos científicos de diversas partes do mundo. Foi usada, entre outras questões, como uma prática travestida de ciência para se atingir o objetivo da “raça pura” (STEPAN, 2005, p. 9), mobilizando seguidores em diferentes contextos socioculturais, inclusive no Brasil.

No Paraná, desde o final do século XIX, alguns políticos, médicos e a população instruída em geral se debruçaram sobre um projeto de modernidade para a região (PEREIRA, 1996, p. 85) e, como veremos ao decorrer do artigo, os textos com temática eugenista publicados na Revista Médica do Paraná (RMP) representaram uma das vertentes desse esforço. Aos moldes do que ocorria em outros pontos do país, a construção da sociedade republicana durante o século XX motivou ainda mais a busca pela transformação do estado em um lugar progressista e civilizado, aos moldes europeus.

Nesse sentido, em um contexto no qual o racismo era marcante (PEREIRA, 2010, p. 447) e a degeneração da população estava atrelada às péssimas condições de saúde, se operariam mecanismos de desqualificação de não brancos, pobres e doentes. Tais ações buscavam a adequação da população paranaense ao projeto de progresso e regeneração da sociedade por meio da eugenia, e esses indivíduos – rotulados num bloco social específico, “as classes baixas” – seriam considerados como um empecilho ao progresso e se tornariam objeto de análise para muitos médicos do estado.

Visando a reverter esse quadro de “atraso”, uma parcela dos profissionais de medicina paranaenses adotou, então, “discursos repletos de táticas, nos quais a disciplinarização dos espaços, mediada pela higienização do ambiente e dos membros da sociedade, era considerada fundamental” (LAROCCA, 2009, p.49). Em busca do almejado objetivo - o progresso - a classe médica se autodelegou o papel de higienizadora da sociedade, utilizando-se das páginas das revistas médicas como locais de divulgação de seus ideais (LAROCCA, 2009, p. 49).

Assim, tendo como pano de fundo os debates sobre as formas pelas quais o paranaense adentraria ao caminho do progresso e alcançaria a regeneração, o presente artigo tem por objetivo central discutir o uso da eugenia por médicos do estado e a forma pela qual ela foi representada na RMP no período entre 1931 e 1940.

Opções teórico-metodológicas

Durante as primeiras décadas do século XX, a eugenia foi interpretada de diferentes formas e esteve na pauta das discussões sobre o destino da nação. Importante parcela dos profissionais paranaenses, componentes da “cruzada pela redenção da raça brasileira”, também atuou nos debates sobre a problemática eugenista e divulgou seu posicionamento sobre a questão. A Revista Médica do Paraná, depositária de diversos trabalhos sobre o tema, constitui, assim, um importante instrumento de análise das representações da eugenia feitas no estado.

Para o estudo dessas questões, utilizamos de forma privilegiada na análise do periódico o conceito de representação do historiador Roger Chartier, autor que ressalta os “usos diferenciados e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos e das mesmas idéias” (CHARTIER, 1992, p. 233), numa determinada sociedade. Ancorando-se na teoria do escritor francês, buscou-se apreender de que forma

a eugenia foi representada pelos médicos nas páginas da RMP.

Tomando a eugenia como bem cultural, propôs-se perceber como as representações da ciência modificam-se em conformidade com a posição, a necessidade e o interesse de quem as utiliza. Para esse fim, partimos do que afirma Chartier sobre a contribuição da história das representações (CHARTIER, 2010, p. 26):

Tais representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes fosse exterior. Elas possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturaram as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem.

Assim, ao assumir diferentes sentidos, a eugenia discutida pelos médicos paranaenses passa a ser entendida não como uma simples reprodução de saberes, mas como um bem cultural que é representado de acordo com as influências recebidas e com as demandas sociais que se apresentam. No decorrer do artigo privilegiaremos as representações mais próximas às teorias galtonianas, contudo, é importante ressaltar que tanto as interpretações como a divulgação da eugenia feita pelos médicos paranaenses apresentavam características variadas e não seguiam um padrão único.

Afinal, como afirma Chartier, as representações sociais são construídas pelos interesses dos grupos que as forjam. Portanto, para cada caso torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição e os objetivos de quem os utiliza. Nas suas palavras, o estudo da apropriação e representação tem por objetivo uma história “social das interpretações remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1998, p. 26).

É em função das discussões acima demonstradas que se embasa o diálogo com Roger Chartier. Ao utilizarmos seus conceitos, buscamos refletir sobre as maneiras com que um grupo e, por consequência, em nosso caso, os textos publicados em um periódico médico representaram uma prática específica – a eugenia.

Aspectos do contexto paranaense

Situado geograficamente entre os estados de São Paulo e Santa Catarina, foi apenas em meados do século XIX, mais precisamente em 1853, que o território pertencente à Quinta Comarca de São Paulo foi transformado em Província do Paraná. Nessa época, a região possuía uma população de aproximadamente 69.000 habitantes (WACHOWICZ, 2010, p. 167), contava com uma infraestrutura precária e baseava sua economia nas atividades extrativistas.

Excetuando-se o clima, tão elogiado pelos viajantes que passaram pela região no século XIX, por sua semelhança ao europeu, muitos eram os desafios para a chegada decisiva do progresso na região, segundo as elites paranaenses.

O primeiro obstáculo a ser ultrapassado seria o reduzido número de habitantes presentes no território da província. Além disso, modificar a composição étnica considerada “desfavorável ao progresso” também se fazia necessário, pois, mesmo com um número reduzido de escravos em sua população quando comparado a outros centros do país¹, o território paranaense era marcado pela miscigenação. Segundo o historiador Fernando Netto (2005, p. 109):

Quando à cor, percebe-se que a população do Paraná é fortemente marcada pela miscigenação. Nesse período, isto é, no ano de 1872, apesar das imigrações acentuadas, a população “de cor” era fundamental no processo sócio-econômico no Paraná. A população branca era de 69.698 almas (55,0%), enquanto que os pardos, pretos e caboclos eram em número de 57.024, participando, portanto, com 45,0%. Se separarmos por cor, encontram-se os seguintes percentuais: 55,0% brancos; 27,4% pardos; 10,4% pretos e 7,2% caboclos.

Com vistas a solucionar esses dois problemas, o governo brasileiro incentivou a entrada de imigrantes europeus no país, e uma grande leva acabou sendo direcionada ao Paraná. Outro fator que influenciou a imigração foi o contexto social pós-abolição da escravatura, que provocou uma sensível diminuição da mão de obra disponível. Segundo Ianni (apud WACHOWICZ, 2010, p. 168),

¹ Dados demográficos de 1872 indicam uma população total de 126.722 indivíduos, sendo que 116.162 (91,7%) eram livres e 10.560 (8,3%) eram escravos. IBGE - Recenseamento Geral do Brasil em 1872. V. 9.

[...] O problema da entrada de imigrantes europeus e sua distribuição pelo espaço geográfico é uma das questões permanentes de toda a segunda metade do século, entrando pelo século XX. O trabalho escravo perde prestígio progressivamente, em consequência das inovações tecnológicas, do encarecimento do preço do cativo, da destruição das bases morais do regime, da própria eficácia do trabalho de grupos europeus que se dedicam à agricultura em geral [...].

Sob a influência das teorias científicas raciais que chegavam da Europa e dos EUA, muitos reformadores brasileiros passaram a ver a questão do negro a partir da perspectiva “de sua substituição física pelo imigrante tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas” (AZEVEDO, 2004, p. 51). Mais eficazes e modernos na visão de muitos pensadores da nação, além de fornecer mão de obra e ajudar a povoar o território, os europeus contribuiriam também para auxiliar na diminuição do caráter negro da população através do branqueamento.

Além desse aspecto, no contexto paranaense da época, “civilizar era palavra de ordem e significava ficar em pé de igualdade com a Europa, modelo a ser atingido, no que se referia ao cotidiano, à economia e às instituições”. Afinal, era necessário romper com o passado colonial e adentrar na civilização rumo às luzes do progresso, provocando transformações nas condições de vida e de instrução e, também, no caráter racial da população.

Nesse sentido, o imigrante europeu era visto sob um olhar “romântico”, capaz de criar uma civilização camponesa aos moldes da Europa (NADALIN, 2001, p.72). Além de suprir a carência populacional, a imigração era considerada “fator étnico de primeira ordem, destinada a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão”. Segundo Nadalin (2001, p. 74):

A herança escravista calava em profundidade, e a elite era dominada pelo medo alimentado pela memória dos quilombos. Isto está na origem e alimentava os preconceitos da minoria branca. Não era só o negro mau, bruto e violento; toda a população mestiça não era confiável e, em decorrência, não tinha condições morais para cumprir os elevados propósitos nacionais. Além disso, o negro – representante de um sistema que deveria ser extirpado – era igualmente criticado como culpado do

aviltamento do trabalho, inepto às tarefas importantes, tão necessárias naquele momento. O negro, o indígena... os mestiços!

A miscigenação passou, assim, a ser tema privilegiado entre os discursos nacionalistas brasileiros durante o final do XIX e início do XX, “vista como mecanismo de formação da nação [...] e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado ao branqueamento [...]” (apud CHOR MAIO et al., 1996, p. 43).

Deve-se ressaltar que, no Brasil, tivemos um movimento eugenista peculiar, que em muitos momentos esteve articulado à proposta do branqueamento das pessoas, e sob essa perspectiva, a crescente leva de imigrantes europeus era fator essencial para o sucesso dessa medida. O darwinismo social e a eugenia, criados pelos cientistas europeus, negavam que o branqueamento fosse uma estratégia viável e condenavam a miscigenação racial. Entretanto, inseridos em contexto diferente (apud CHOR MAIO et al., 1996, p. 49):

[...] os cientistas brasileiros encontraram meios para contornar a visão negativa mantida pelo racismo para a mistura de raças, ora classificadas como inferiores, ora como atrasadas: inventaram a tese do branqueamento e os mestiços superiores.

Esse ideal repercutiu no Paraná, evidenciando claramente a busca de um branqueamento das pessoas, o qual seria responsável pela integração da civilidade e do progresso pela via racial. Nadalin (2001, p. 75) afirma que

[...] num século caracterizado pelo fortalecimento dos nacionalismos, sobretudo pela afirmação de um passado glorioso, o Paraná, como o resto do Brasil, pretendia desenvolver sua coesão política numa projeção para o futuro em que os vícios de origem e o contato com a escravidão seriam sanados pela tonificação do organismo social.

Percebe-se que muitos pensadores paranaenses – pautados, sobretudo, nos modelos deterministas raciais – alertaram sobre o perigo do negro e do mulato para o desenvolvimento nacional. Apontavam como condição ao futuro glorioso o branqueamento da nação, pois, para eles, o negro era o real a corrigir, haja vista que denotava a própria escravidão, ao atraso e a barbárie. (AZEVEDO, 2004, p. 55).

Desse modo, percebemos que a imigração europeia, num primeiro momento, foi vista como possível solução para uma série de problemas. Acreditava-se que a falta de mão de obra, o modesto povoamento do território e a diminuição do sangue negro no Paraná poderiam ser remediados pela vinda dos europeus. Contudo, veremos que esse processo não foi capaz de sanar todas as dificuldades e de instituir definitivamente o progresso, situação que promoveu a procura por outras ações capazes de eugениzar e “civilizar” a sociedade paranaense, sobretudo a partir da década de 1910.

Passado algum tempo do início da corrente imigratória, um sentimento de frustração perpassou aqueles que a exaltavam como solução completa. Na visão de muitos, apesar de válida como mecanismo de povoamento, a imigração por si só não foi capaz de moldar o tão almejado paranaense “civilizado” e “progressista”. “A presumida boa vontade dos colonos não os preparou para a diferença climática e para a compreensão, por vezes trágica, de que muitos não tinham sido talhados para a migração” (LAROCCA, 2009, p. 38).

Em função das dificuldades de adaptação, muitos imigrantes europeus acabaram formando um contingente pobre na capital, o que acarretou algumas críticas à política imigratória estadual. A ideia de engrandecimento da nação apenas por meio da imigração passou a ser questionada por alguns, visto que passaram a afirmar que “a Europa só nos fornece rústicos e indigentes, ignorantes, com o moral abatido pela miséria, pela fome” (MARACH, 2007, p. 41).

Desse modo, apesar da inicial valorização dada à imigração para a construção e fortalecimento da nação e para seu branqueamento, percebeu-se que era imperativo também “civilizar” a sociedade por outros meios. Afinal, constatou-se que “só a miscigenação com brancos estrangeiros não seria a solução para a boa constituição da população nacional” (apud CARBÓ et al., 2007, p. 147).

O descaso em relação às condições de vida da população praticado pelos governos nacionais apontados por Belisário Penna e Artur Neiva, em seu famoso relatório, contribuiu significativamente para essa alteração de panorama. Denunciando as precárias condições sanitárias que enfraqueciam a população e amparados pelas recentes descobertas da medicina experimental, os sanitaristas alertavam

para a urgência em sanear ou sucumbir em meio ao atraso e à degeneração da sociedade brasileira.

Nesse contexto, especialmente a partir da década de 1910, investir na formação de uma consciência sanitária da população, assim como educá-la sobre medidas de higiene e saúde, tornaram-se medidas de extrema importância. Nesse momento, percebe-se uma modificação no sentido da eugenia para os brasileiros, a qual passou a ter seu foco principal de ação direcionado ao combate dos chamados “venenos raciais”. Para muitos médicos brasileiros dessa época, tais práticas possibilitariam a regeneração da população. Pobreza, doenças venéreas, ignorância e alcoolismo eram alguns exemplares desses venenos e podiam ser vistos tanto como resultado de condições sociais ruins como de conduta imoral (STEPAN, 2005, p. 98).

Inserida nas medidas higiênicas, estava a eugenia considerada por grande parte dos médicos brasileiros como uma das medidas que possibilitariam a salvação da nação. Baseando a análise no fato de que o brasileiro era doente, abria-se uma boa perspectiva de reversão do quadro de apatia em que se encontrava. Para esse fim, os médicos afirmavam ser necessário intervir sobre os fatores que minavam sua força e vitalidade por meio dessas medidas higienistas. O saber dito científico e a ação dos médicos através dessas práticas oportunizariam, então, “regenerar a raça, saná-la física e moralmente” (SILVEIRA, 2005, p. 97).

Nesse momento, o receio da terrível condenação à degeneração e ao atraso feito por inúmeros pensadores sociais, pautados exclusivamente em nossas características raciais, parecia ter sido amenizado pela medicina, pois

Os conhecimentos dos médicos higienistas sobre a saúde dos brasileiros e sobre as condições sanitárias em grande parte do território nacional, revelados ao público em 1910, absolviavam-nos enquanto povo e encontravam um novo réu. O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saná-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos (apud CHOR MAIO et al., 1996, p.23).

Essa identificação das enfermidades e das péssimas condições de vida como os grandes problemas nacionais, além de livrar-nos da inferioridade eterna, “apontava os instrumentos para sua superação:

a ciência médica e as políticas públicas de saúde e saneamento” (apud CHOR MAIO et al., 1996, p.37).

Desenvolvendo importante papel nos debates sobre eugenia, os médicos paranaenses incluíram-se como divulgadores dessas novas premissas, indicando a educação da população e a higienização como o caminho para se alcançar o patamar do mundo moderno e civilizado. Afinal, não daria mais para confiar apenas no clima favorável para manter a população paranaense saudável e “viável”.

O campo para aplicação dessas ações era fértil. Na capital, Curitiba do início do século XX, por exemplo, inúmeros problemas impediam a modernização na forma pela qual era percebida por aqueles agentes. O “velho” bonde, a falta de calçamento nas ruas, os prédios antigos, a sujeira, o mau cheiro, as doenças e a pobreza insistiam em caracterizá-la como um lugar atrasado. Portanto, até o final da década de 1910 a população paranaense ainda não dispunha da infraestrutura básica necessária ao seu desenvolvimento, e poucos bairros de Curitiba contavam com sistema de abastecimento de água e de esgoto sanitário.

Além disso, as péssimas condições de saúde constituíam outro grande entrave ao progresso. O crescimento urbano e o significativo incremento da população paranaense² trouxeram consigo uma proliferação das doenças, situação agravada pela falta de mínimos recursos para combatê-la. No que diz respeito às condições de saúde da população, as estatísticas sanitárias do estado apontam para um cenário caótico, com a ocorrência de grandes epidemias, como a de febre tifóide, em 1917, e a de gripe, em 1918. A tuberculose manteve altos índices de incidência até meados do século, situação que contribuiu para um verdadeiro estado de calamidade pública, que nada cooperava para a chegada do almejado tempo de modernidade (LAROCCA, 2009, p.49).

Nesse sentido, para grande parte dos profissionais de medicina era necessário intervir, reorganizar e higienizar a sociedade com urgência, e tal “ciência médica, que a tudo pretendia dar conta, somava-se às ações civilizatórias em curso no Paraná” (LAROCCA, 2009, p.29). Nesse momento,

² As duas primeiras décadas do século XX colocam o Paraná à frente do crescimento populacional brasileiro, aos moldes do ocorrido em 1890, com o índice de 109% de crescimento, contraste significativo com a alta média nacional de 75%. Dados disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>

embranquecer o povo havia deixado de ser a principal preocupação; afinal, grande parcela da população paranaense tinha vindo de fora do Estado (um em cada três habitantes), de modo que um a cada doze era estrangeiro. Para fazer dos paranaenses sujeitos eugenizados, o queurgia agora era impedir as epidemias e os problemas sanitários. Ao analisar a questão, Vera Marques (2010, p.296) aponta que:

Eugenizar à moda paranaense significava higienizar a raça naquilo que dissesse respeito à contenção das doenças deformadoras da boa geração e ao depauperamento biológico dos corpos. Assim, sífilis, doenças mentais, deficiências visuais, doenças parasitárias ou infectocontagiosas mereciam destacado cuidado, pois implicavam o ‘abastardamento’ da raça.

Portanto, esse foi um momento no qual a dupla “higiene-eugenia” foi celebrada por grande parcela dos médicos como a solução para os males que afligiam o Paraná. Eles acreditavam que, por meio dela, a medicina poderia reverter a degeneração da população, servindo de solução para adentrar no desejado progresso. Contudo, em meio a uma variedade de representações sobre o assunto presente nas páginas da RMP, chama-nos a atenção uma postura mais próxima ao sentido original da eugenia. Pautada na crítica à miscigenação racial, ela demonstra-nos a permanência desse modelo mais radical do pensamento eugenista adentrando a década de 1930 entre os médicos paranaenses.

ANTES POUCOS E BONS, A MUITOS SEM VALOR: a eugenia como possibilidade de se alcançar a raça pura

Em publicações do ano de 1932, podemos detectar em alguns dos trabalhos publicados na RMP a utilização do conceito eugenia de forma correspondente ao seu significado original, dado a ele pelos ingleses no século XIX. O principal expoente desse tipo de interpretação nas páginas da publicação foi o médico paranaense Mário Gomes. Demonstrando sua afiliação aos preceitos eugenistas que afirmavam existir raças superiores e inferiores, ele se mostrava bastante frustrado e pessimista com a constituição da população brasileira em geral.

Ao iniciar uma série de artigos sobre cuidados a serem tomados a fim da melhoria da raça, Gomes

declarou os fatores desfavoráveis que marcaram a nacionalidade brasileira:

[...] uma pequena porção de sangue branco, que no meu entendimento é superior, mas pouquíssimo selecionado, somado a uma maior e lamentável percentagem de sangue africano, grande responsável pela entristecedora miscigenação (RMP. Anno 2, n.1. dezembro 1932, p.17).

Soma-se a esse fator um agravante à formação da raça brasileira segundo o médico paranaense: o clima. Segundo a sua avaliação, “ao lado do fator racial, resalta desde os tempos coloniais, a ação hostil e deprimente do clima, máxime no centro e norte do país – o berço da nacionalidade” (RMP. Anno 2, n. 1. Dezembro 1932, p.17).

Nesse momento de contato com os trabalhos de Mário Gomes, ao pensarmos em possíveis representações da eugenia, o modelo que vem à tona é a eugenia galtoniana. Como discutido anteriormente neste trabalho, tal interpretação baseava-se, sobretudo, nos malefícios que poderiam ser causados pelo cruzamento entre raças hierarquicamente “desniveladas”.

Atribuindo as péssimas condições de vida e o atraso da sociedade nacional aos miscigenados e ao clima, Gomes alinhava-se então aos defensores do darwinismo social e do determinismo racial, os quais viam na miscigenação a principal causa da degeneração física, moral e social das raças puras. Sintetizando seu pensamento quanto aos fatores acima, ele escreveu: “E assim, da soma desses valores antagônicos e depreciados teria de resultar um mau produto, considerado de modo geral [...]” (RMP. Anno 2, n. 1. dezembro 1932, p.17).

Sendo assim, poderíamos rotular Mário Gomes como um legítimo representante dos pensamentos eugenistas de Francis Galton no Paraná? A resposta mais provável é “parcialmente”. Apesar desses trechos não deixarem dúvidas sobre suas inspirações científicas oriundas das primeiras discussões sobre a eugenia, veremos adiante que Mário Gomes acoplava nos ideais galtonianos a questão dos “venenos raciais” como responsáveis pela degeneração. Nesse sentido, as doenças, o alcoolismo e a ignorância do povo também eram vistos por ele como importantes degeneradores da raça brasileira.

No mesmo texto em que descreve a raça e o clima como grandes vilões da nacionalidade, Gomes acrescenta:

Nem só o clima e a fusão de maus elementos concorreram para o tipo nacional sem beleza, sem expressão: - as endemias que sempre reinaram nas zonas quentes e úmidas: o alcoolismo desbragado, desde as mais remotas épocas; a sífilis, a tuberculose, as múltiplas verminoses, a lepra e a ignorância! São males antigos e atuais, que continuam solapando o já enfraquecido e desairoso espécime do nosso sertanejo, do caboclo litorâneo, da grande massa do povo nacional (Revista Médica do Paraná. Anno 2, n. 1, dezembro 1932, p.17).

Percebe-se assim que, vinculando diferentes modelos de pensamento, Gomes acabou sendo um representante de uma percepção bastante complexa do que seria a eugenia. Ao admitir sua crença na degeneração causada pela mistura racial, era um adepto da eugenia pregada por seus idealizadores europeus. Por outro lado, ao incluir nas causas do enfraquecimento da população os venenos raciais, alinhou-se àqueles que defendiam que a solução para as mazelas nacionais passava pela formação de uma consciência sanitária da população, educando-a sobre medidas de higiene e saúde.

Esse último tipo de comportamento é descrito por Nancy Stepan como típico dos profissionais da medicina do país. Para ela, enquanto eugenia e saúde pública eram terrenos de atuação distintos, para os eugenistas ingleses, por exemplo, aqui ocorria justamente o oposto: a eliminação dos venenos raciais ajudava a definir o movimento. Para muitos estudiosos da eugenia no Brasil,

[...] alcoolismo, más condições de vida e fadiga de trabalho eram questões eugênicas precisamente por serem tanto causas como sintomas de males hereditários, e porque os ciclos de causas poderiam ser interrompidos por ações sociais, morais e médicas. Esse estilo de eugenia deixava aberta a possibilidade de ‘regeneração’ como resposta ao medo da ‘degeneração’ racial, seu sistema permitia a fusão das linguagens moral e científica. (STEPAN, 2005, p. 98).

Assim, Gomes parece ser um representante peculiar, que bebeu de ambas as fontes e defendeu-as conjuntamente. Ao abordar o cultuado assunto daquele momento, ou seja, como conseguir para

“constituir o futuro tipo nacional, forte, belo e puro?” (RMP. Anno 2, n.1, dezembro 1932, p.18), ele teceu a seguinte resposta:

Uma série de medidas, cada qual mais importante teremos de adotar e seguir. Desde o combate as endemias – paludismo e verminoses – pela educação sanitária visando evitar e combater a sífilis, a lepra, o alcoolismo; pela prática rigorosa da eugenia – a higiene da raça – começando pelo exame pré-nupcial obrigatório por técnicos especializados; fiscalização e seleção dos imigrantes; proibição do casamento de doentes, tarados e degenerados; condenando a união de mestiços, o cruzamento com raças inferiores. (RMP. Anno 2, n.1, dezembro 1932, p. 18).

A resposta do médico apresenta-nos importantes indícios de como ele avaliava a situação. A crença em que o combate às doenças e o alcoolismo seria uma medida profilática aos defeitos hereditários da prole são visíveis. Nesse sentido, ignorando a diferença entre características hereditárias e herança social, tais ações eram entendidas como um passo lógico da eugenia (STEPAN, 2005, p. 99). Ademais, possibilitavam que esses eugenistas definissem fronteiras do que era moralmente aceitável ou não. Naquele contexto, essas fronteiras eram usadas para diferenciar os pobres das classes mais altas, os trabalhadores braçais da elite e os brancos da sociedade dos negros. Assim, os ataques aos venenos raciais também “reelaboraram noções de raça e estabeleceram novos termos pelos quais as fronteiras internas entre as pessoas poderiam ser entendidas” (STEPAN, 2005, p. 99).

No que diz respeito à sua interpretação sobre o problema causado pela miscigenação, o trecho é bem claro: “condenando a união de mestiços, o cruzamento com raças inferiores”. Nesse sentido, misturar ainda mais o sangue do brasileiro parecia ao médico uma ação de alto custo às suas pretensões progressistas e civilizadoras.

Além disso, outro ponto importante relacionado à eugenia no Brasil aparece em seu texto: o controle sobre o casamento. Vista como uma alternativa mais branda de eugenia negativa, ela se caracterizou como uma forma especial desse tipo de eugenia chamada de “eugenia matrimonial”. No Brasil, ela buscou inserir normas científico-hereditárias e controles da reprodução que não implicavam

métodos cirúrgicos radicais, apesar de Gomes apresentar, ao propor a proibição de alguns casamentos, uma postura bem radical quanto ao assunto. Notório partidário de um controle rígido sobre os casamentos, ele foi um dos defensores do exame pré-nupcial no país, como forma de evitar problemas de saúde vindouros, bem como a degeneração da raça. Em um segundo ensaio publicado na revista em 1933, ao falar sobre o casamento, ele escreveu:

No Brasil, pelo menos, o casamento não deverá ser encarado, nem aceito apenas por seu aspeto natural e sentimental – o da inclinação de um sexo pelo outro – o que bastaria, sem dúvida, no particular que nos interessa, se não houvesse a considerar sua inevitável ou provável consequência – a prole. E esta, como vimos, precisa e deve ser melhorada em todos os sentidos – raça, robustez e saúde.

Nesse sentido, Gomes apelava para a moral da juventude, a qual deveria escolher companheiros (as) de forma a privilegiar o belo e o robusto, sempre com consulta prévia à razão:

Aliás, todos os atos, quer íntimos, quer coletivos ou sociais, só serão dignos de um ser civilizado, quando receberem o veredictum da consciência, inspirada pela moral e pela razão. [...] Do apurado e fino gosto na escolha de maridos e de esposas, cada qual porfiará visando sempre a progênie e o futuro da raça. Mas – dir-me-hão: assim os feios e as feias não casariam, os consórcios diminuía, sacrificava-se a quantidade em benefício da qualidade. Esta última afirmativa nenhum inconveniente traria: antes poucos e bons, a muitos sem valor (RMP. Anno 2, n.2, janeiro, 1933, p. 42).

O médico paranaense ainda completou:

Os fracos, os franzinos, os defeituosos, os aleijados e doentes não deveriam casar. Mas se o quiserem e o conseguirem, ao nascerem-lhes filhos, sublimarão em cuidados de toda ordem para corrigir nos descendentes os defeitos com que a natureza os dotou. O ideal seria o consorcio de indivíduos jovens, sadios e puros (RMP. Anno 2, n.2. janeiro, 1933, p. 42).

Como se nota claramente, o objetivo de Gomes de construir uma nação viável, composta por pessoas “brancas, robustas, belas, civilizadas e saudáveis”, seria o motivo para a instauração de medidas eugenistas que iriam desde o exame pré-nupcial e a proibição

de casamentos até o combate às doenças e à proibição da imigração de raças consideradas inferiores.

Nesse sentido, percebemos uma evidente aproximação com as ideias do famoso eugenista brasileiro, o médico e farmacêutico Renato Kehl.³ Para Kehl, a regeneração da raça se daria pela somatória entre o branqueamento da sociedade por meio da proibição de casamentos entre não brancos e a eliminação de todos os fatores disgênicos, a saber, o alcoolismo, as doenças, a ignorância e o pauperismo (DIWAN, 2007, p.131-132).

Baseando-se na perspectiva estadunidense de eugenia que desde o século XIX limitara a entrada de negros e asiáticos em seu território, o médico brasileiro também criticava severamente o perigo da hibridização racial, posição muito similar à que Mário Gomes propugnava. Se, por um viés, Kehl era defensor do branqueamento, por outro, era contra a miscigenação por crer que a mistura racial maculava o melhor da raça.

Tal ambiguidade caracterizava-se pelo fato de que seu racismo era formado por duas vertentes principais: uma baseada nas tabelas de Galton, defensora de um racismo de classe, na qual se acreditava que raças não deveriam ser misturadas; outra alicerçada no racismo de cor da pele, a qual propunha uma ação intervencionista que tornaria urgente combater a mulatização da raça branca, pois ela impedia a purificação das classes superiores e a geração de uma prole mais pura, aperfeiçoada e branca (DIWAN, 2007, p. 133).

Desse modo, dotado de um modelo de ver o mundo característico, Kehl foi base para muitos dos médicos eugenistas brasileiros. Apesar de não citá-lo em seus trabalhos na RMP, Mário Gomes surge como um provável seguidor de suas ideias. As palavras da historiadora Pietra Diwan, ao analisar o eugenismo de Renato Kehl, amparam-nos uma vez mais. As semelhanças nas recomendações sobre os casamentos “ideais” são evidentes:

Incentivar os casamentos e a procriação dos “bem-dotados”, a elite branca, é um dos objetivos do eugenismo de Renato Kehl quando ele constata que a fecundidade é maior em indivíduos inferiores e que

“o número de filhos é inversamente proporcional à posição social dos pais”. Para Kehl, o indivíduo não é um ser social, nem histórico, mas orgânico. Nesse caminho de desumanização, Renato Kehl irá delimitar os tipos ameaçadores: o monstro, o feio e o triste (DIWAN, 2007, p.134).

Em trabalho publicado em fevereiro de 1933, Gomes aludia aos cuidados especiais a serem tomados nos casos de nascimento de crianças taradas, débeis e doentes. Ao procurar combater esse tipo de mal, ele elencou as ações a serem colocadas em prática:

Dos fatores degenerantes, “avultam a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo”. São eles que constituem a tríade sinistra dos povos civilizados, que urge combater a todo transe. Como agir? É principalmente pela higiene pré-natal que se evitam os prematuros e os débeis, os tarados e doentes. [...] Pelos antecedentes, pelo histórico da família e todos os demais dados procurará descobrir as taras familiares ou paternas a fim de combatel-as na medida do possível. Com os conselhos sobre a alimentação, o regime, a higiene pessoal e domiciliar terá concorrido para afastar os erros decorrentes de sua ignorância ou não observância (RMP. Anno 2, n.3, fevereiro 1933, p. 96).

Novamente pode-se perceber a união de várias perspectivas eugenistas em uma mesma prescrição. Por um lado, o combate aos venenos raciais, entendidos como condenadores das gerações futuras – a “sífilis, a tuberculose e o alcoolismo”; por outro, o levantamento dos antecedentes familiares em busca de desvios morais e características hereditárias que contribuíssem negativamente para a prole; por fim, a recomendação de práticas sanitaristas e educativas a fim de combater a ignorância, outra grande colaboradora para as péssimas condições sociais da população.

Todavia, não foi apenas Gomes que apresentou entre suas interpretações esse tipo de leitura mais complexa e multifacetada da eugenia. O médico e político Aramis de Athayde⁴, que ocupou o cargo de orador da primeira diretoria da AMP e foi

³ Para Diwan (2007), apesar de Renato Kehl não ser o único eugenista brasileiro, sem dúvida foi ele quem melhor planejou e expressou os desejos e anseios de todos os eugenistas em nosso país. Para saber mais sobre a trajetória científica de Kehl, ler Schwarcz (1993), Stepan (2005) e Diwan (2007).

⁴ Aramis de Athayde compôs a primeira diretoria da Associação Médica do Paraná (1933) ocupando o cargo de orador. Trabalhou em várias instituições, exercendo atividades como a presidência da Sociedade Médica do Paraná entre 1939 e 1940. Por anos foi vice-presidente da Cruz Vermelha Brasileira, além de ter sido membro da Academia de Letras José de Alencar e Academia Nacional de Medicina.

professor catedrático da Universidade do Paraná, foi mais um exemplo de profissional de medicina que defendeu esses princípios.

Na ocasião da publicação de um texto sobre o papel dos médicos no ambiente escolar em 1933, ele também declarou ser um aficionado pelo assunto em sua modalidade mais invasiva. Exaltando as vantagens da prática eugenista rumo ao melhoramento da população, ele declarou em meio ao seu discurso que o domínio da eugenia seria

[...] o campo de ação que nos apresenta mais sedutor, levando-nos a estudar o problema da regeneração humana, e mandando que se evitem, por todos os meios, os fatores de abastardamento da família e do agregado humano. Nunca, como hoje, a ânsia da perfeição da espécie humana empolgou tanto a consciência das elites condutoras, por isso que todos os espíritos esclarecidos vem cuidando com desvelado esmero desse magno problema de que depende, positivamente, a felicidade futura dos povos (RMP. Anno 2, n.8/9. agosto/setembro 1933, p. 271).

Como se lê, Athayde enxergava na eugenia uma possibilidade de redenção dos povos, sendo por isso uma questão que, segundo ele, “merece nossa atenção e carinho”. Relegando o árduo trabalho às elites condutoras, o médico paranaense demonstrava uma visão típica entre muitos dos personagens instruídos da época, marcadamente elitista e segregacionista. Caberiam assim aos poucos homens esclarecidos da elite a tarefa de programar ações que impedissem a degeneração da população.

Não bastasse sua afirmação de afeição ao projeto eugenista, Aramis de Athayde ainda fez uma exaltação a homens que, para ele, formavam um grupo “patriótico e corajoso”, responsável pela disseminação e defesa de ideais eugenistas capazes de regenerar a nação brasileira. Nas palavras do médico paranaense:

Muitos são os homens de ação e pensamento que aqui mesmo no Brasil ergueram sua voz, pregando com veemência, os princípios da regeneração eugênica de nossa gente, anunciando-lhe o verdadeiro reino da saúde, da paz, da justiça, da alegria, do trabalho fecundo, do bem-estar comum. Lembrem também a ação corajosa e sobretudo patriótica de Almir Madeira, que combateu a “renúncia a procreação”; Tavares Neves Filho, que pregou a esterilização de anormais como fator

eugênico; Castro Barreto, que também focalizou o momentoso problema, falando sobre os deveres do médico e o culto da raça. Nos debates dessas questões, assombra ardorosamente o talento evangelizador de Renato Kehl, que tem abordado essa especialidade, do modo mais carinhoso e patriótico. Nesse ponto, o seu tirocínio tem sido de grande repercussão social (RMP. Anno 2, n.8/9. agosto/setembro 1933, p. 271).

Dentre os homens cultuados por Athayde estão simplesmente alguns dos maiores defensores da eugenia negativa no Brasil. O médico maranhense Tavares Filho, por exemplo, defendeu a esterilização compulsória dos considerados “anormais” em sua tese defendida à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1921; Castro Barreto exaltou que na infância se poderiam prestar os melhores serviços à raça, evitando taras e heranças mórbidas; Renato Kehl, por seu turno, é amplamente reconhecido como um dos grandes eugenistas brasileiros, caracterizado pela extensa e ambígua produção sobre o tema.

Assumindo sua postura publicamente sobre o assunto, Aramis de Athayde colocou-se como um dos defensores da eugenia negativa entre os médicos paranaenses. Ao falar sobre o assunto na inauguração da AMP, ele expôs uma visão que limitava a raça entre eugênicos e disgênicos, ao englobar diferentes problemas físicos, psicológicos e sociais em um mesmo grupo de “anormais-problema”:

A eugenia, a antropologia e as perguntas médicas que giram em torno dos anormais: cegos, surdos-mudos, débeis mentais e atrasados, epiléticos, toxicómonos, alienados, e vagabundos, estão a exigir nossos conselhos e cuidados (RMP. Anno 2, n.8/9. agosto/setembro 1933, p. 272).

Nesses moldes, todos aqueles que não estavam enquadrados em uma pretensa “normalidade” tornavam-se alvos da cruzada eugenista para o médico em questão. Aos seus colegas de ofício, caberia atuar na luta contra a multiplicação do número de degenerados como esses que, ao olhar de Athayde, consistiam em um grande entrave à felicidade das elites paranaenses.

Considerações finais

O perfil traçado sobre as posturas de Mário Gomes e Aramis de Athayde frente às discussões

eugenistas da época exemplifica uma das possibilidades de representação da eugenia nos textos publicados na RMP. As posturas dos dois são exemplos significativos porque explicitam que a revista albergou médicos que nitidamente posicionaram-se como adeptos da eugenia galtoniana.

Sobre Gomes, concluímos que partindo de uma concepção bastante abrangente sobre as causas dos problemas sociais que o cercavam, o médico paranaense construiu uma interpretação ambígua. Ao mesmo tempo em que criticou a miscigenação, pautado nas diferenças raciais, defendeu o branqueamento e ainda elencou as epidemias, os vícios, a pobreza e a “feiura” como fatores degradantes da população.

Aproximando-se ideologicamente do grande expoente eugenista Renato Kehl, Mário Gomes teria sido aquele com interpretação mais próxima da sua dentre os médicos que publicaram na RMP. Representando a eugenia como a “higiene da raça”, ele não ficou restrito ao movimento sanitaria representado pela busca por educação e saúde do povo, inserindo-se nas fileiras daqueles que entendiam que “eugenizar nada mais era do que homogeneizar a população, ressaltando e aperfeiçoando suas semelhanças e segregando os diferentes” (DIWAN, 2007, p.138).

No que diz respeito a Aramis de Athayde, percebemos que ao alinhar-se ao modelo de pensamento de célebres eugenistas como Tavares Filho e Renato Kehl, ele foi mais um profissional a representar a eugenia como ciência baseada em medidas impositivas que deveria ser instituída “por todos os meios” a fim de se chegar ao objetivo da regeneração sócio-racial.

Ao final do seu discurso aos médicos da Associação Médica do Paraná, Athayde asseverou sua confiança em que todas “as aspirações são realizáveis.” Para a sorte de importante parcela da população paranaense, ele se mostrou equivocado. As práticas eugenistas negativas não vingariam no país e o contexto brasileiro exigiria que a eugenia nacional fosse adequada a novas necessidades.

Referências

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX.** São Paulo: Annablume, 2004.

BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, E. R.; VARGAS, H. M.; MARTÍN, P. S. (Orgs.). **La integración del territorio en una idea de Estado: México y Brasil, 1821-1946.** Ciudad do México: IG/UNAM, Instituto Mora, 2007.

CHARTIER, R. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A história cultural entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1998.

_____. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, vol.24, n. 69, 2010.

DIWAN, P. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** São Paulo: Contexto, 2007.

IANNI, O. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962. In: WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** 2.ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

LARocca, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947).** 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LIMA, N. T; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da primeira República. In: CHOR MAIO, M; SANTOS, R. V. (Coord.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

MARACH, C. B. **Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910).** 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NETTO, F. F. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX.** 2005. 394 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PEREIRA, V. Uma “outra” São Paulo da década de 1930. **História.** v.29, n.1, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: CHOR MAIO, M.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

SILVEIRA, E. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX.** Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005.

STEPAN, N. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

Data de submissão: 25/09/2012

Data de aceite: 21/10/2012